

“ ‘Constituinte Exclusiva Já’! O Brasil vive um momento propício para escolher um novo sistema político e econômico. Existe um consenso nacional de que o atual sistema político presidencialista de coalizão resulta na ineficiência de ações públicas, na ineficácia partidária e na corrupção generalizada. Para que ocorra uma mudança do sistema político que atenda às modernas exigências mundiais, inserindo o Brasil no primeiro mundo, é necessária uma nova Constituição. Para que não ocorram distorções, vícios e predomínio de interesses dos atuais grupos políticos, a nova Constituição deve ser escrita por pessoas que ficarão impedidas de participar de eleições ou cargos públicos por vinte anos. Estes novos e exclusivos constituintes serão eleitos pelo povo e terão dois anos para elaborar a nova Constituição. Ao mesmo tempo, o governo de transição irá preparando o país para esta travessia, mesmo com as limitações da atual Constituição. Com a expectativa de um futuro promissor, o governo de transição terá o apoio popular para mudanças radicais como a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva. A mudança do sistema econômico de capitalismo de Estado para capitalismo de mercado, mesmo sendo a condição fundamental para a estabilidade de um novo sistema político, é um difícil caminho. É complexo compreender que o capitalismo de Estado só interessa ao grupo político que está no governo, pois este irá utilizar o poder do Estado para se perpetuar. São exemplos históricos a Coreia do Norte e Cuba. Escolher qual é o melhor sistema econômico causa estranheza, quando todas as gerações só conheceram o sistema de capitalismo de Estado. O povo brasileiro, que desde a Colônia, Reinado e República, viveu economicamente sobre o domínio do Estado, já percebe que as causas desta maior recessão vivida pelo nosso país é resultado dos governos, principalmente dos dois últimos presidentes. Os números comprovam nos últimos 12 anos, que o Estado assenhoreou-se da economia privada, utilizando de sua autossuficiência com o claro objetivo de manter uma elite político- partidária no poder do governo do Estado brasileiro. No governo Lula inicia-se a consolidação do capitalismo de Estado, com uma mudança no entendimento do papel que este deve ter no capitalismo brasileiro. O Partido dos Trabalhadores, sobre a liderança de Lula, critica as privatizações, passa a interferir na gestão das empresas privadas e a aumentar os gastos públicos sem nenhum controle, definindo o governo como o agente que comanda toda a economia pública e privada. Nos oito anos de governo do ex-presidente Lula foram criadas sete estatais, entre elas, um banco popular, o Pré-Sal, de chips e de microcomputadores. Além disto, investiu R\$ 100 bilhões nas estatais existentes e concedeu empréstimos do Tesouro de quase R\$ 200 bilhões, principalmente ao BNDES. Ocorreu também na época o renascimento da Telebrás, que tinha sido privatizada em 1998. Continuando com a herança de Lula, Dilma mantém e amplia a política do capitalismo de Estado, com intervenções nas mais diversas áreas, como no caso do Banco do Brasil de explorar o Banco Postal; da conversão da dívida de R\$ 3,5 bilhões do JBS, o maior frigorífico de carne do mundo, com o BNDES, em ações das empresas, ficando com a participação de 31% do total. Usou a força dos fundos de pensão para trocar o presidente da Vale, por este não atender os interesses do governo federal. Criou mais uma estatal, a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav). Até 2014, existiam pelo menos 675 empresas de todos os setores com participação ou influência do governo federal. Levando em conta 628 empresas não financeiras, cujo faturamento destas representava perto de 30% do PIB brasileiro. Outra

indicação da autossuficiência econômica nacional é que as 99 empresas controladas pelo Estado, cujas ações eram negociadas na BMF&Bovespa, representavam 71% do valor total das ações. O número de ministérios dobrou nestes últimos governos e chegou a 39. Substancial foi também o número de secretarias estaduais e municipais. Os servidores públicos representavam, em 2014, quase 12% da população empregada. Muitas obras foram construídas para a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas com valores superfaturados, como comprovadas pela Polícia Federal. A ineficiência econômica do capitalismo de Estado brasileiro é demonstrada pelo prejuízo gerado pela maioria das empresas geridas pelo governo e confirmado pelo Fórum Econômico Mundial, em que a classificação do Brasil no ranking de 'competitividade global' ficou na posição de 130 entre 139 países. O resultado da escolha do capitalismo de Estado foi uma gravíssima crise fiscal. O déficit nominal de 2016 deve bater quase em 8% do PIB. E a carga tributária chegará a 37% do PIB, uma das maiores entre os países emergentes, sendo um forte obstáculo ao desenvolvimento nacional. A desindustrialização das empresas privadas nacionais por políticas cambiais inadequadas, tributos e juros artificialmente elevados diminuindo o lucro causou várias distorções entre elas a eliminação da poupança nacional. Portanto, este novo governo, utilizando-se da Constituição de 1988, terá apoio do atual Congresso Nacional para preparar mudanças do sistema econômico de capitalismo de Estado para o de capitalismo de mercado e no sistema político, com as seguintes ações: Convocar uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva; privatizar todas as 'unidades de produção e de serviços', incluindo as de segurança, saúde, educação e bancos; diminuir os tributos para 25% do PIB, eliminando os tributos indiretos; institucionalizar a arbitragem para todas as atividades econômicas; providenciar a desvinculação orçamentária; reformar as legislações previdenciária e trabalhista; determinar para as agências reguladoras que seus gestores sejam concursados e de alta qualificação, com diretoria escolhida entre os pares; eliminar a sobreposição de ministérios, secretarias estaduais e municipais; e ter um Banco Central independente com cinco ministérios.”